



A SUPERINTENDÊNCIA NO GERENCIAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR COM FOCO NA AVALIAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Francesca Danielle Gurgel dos Santos

Universidade Federal do Ceará

dani_gurgel@yahoo.com.br

Introdução

A escola tem a missão de assegurar a comunidade a qual está inserida, um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos educandos, formando cidadãos críticos, participativos, comprometidos com o social e preparados conscientemente para o mundo do trabalho e para a vida globalizada. Uma escola com espaço de diálogo, democrática e de qualidade, promotora da paz, do respeito aos valores humanos.

No intuito de chegar a este grau de emancipação, faz-se necessário que os segmentos que constituem a escola pública (alunos, professores, funcionários, gestores e pais), bem como os organismos colegiados (Conselho Escolar e Grêmios Estudantis, mais frequentes nas escolas estaduais do Ceará), utilizem como subsídios as avaliações externas no âmbito escolar, considerando que estas mensuram e identificam o nível de aprendizado dos estudantes, o que serve de alerta, pois os dados mostram a fragilidade da educação pública no Ceará.

Muitos foram os programas no decorrer das 06 gestões governamentais da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, desde o primeiro resultado do Sistema de Avaliação Escolar da Educação Básica – SAEB em 1990 (BRASIL, 2008), na tentativa de melhorar a Educação Bá-



sica do Sistema Educacional Público, porém o distanciamento entre o que ocorre no discurso e na prática no interior da escola é notório, quando analisamos o rendimento bimestral de forma individualizada das escolas públicas estaduais, bem como, o índice de aprovação e reprovação anual com os resultados das avaliações externas.

Daí, a necessidade de um olhar mais atento à gestão escolar, surgindo assim, a Superintendência Escolar no Estado do Ceará, visando diagnosticar, monitorar e acompanhar as escolas estaduais *in loco*, tendo como foco a melhoria do rendimento escolar nas avaliações externas através da análise, avaliação e intervenção nas práticas educativas que estão ocorrendo diariamente nas unidades escolares. A superintendência está sendo implementada em 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE's e na Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR (dividida em 06 regiões), onde no presente momento encontra-se em fase de estruturação e consolidação de instrumentais de monitoramento e acompanhamento, na busca de alinhar o foco da gestão escolar na melhoria da avaliação ensino-aprendizagem.

O presente artigo apresenta reflexões sobre a importância do conhecimento e utilização dos resultados das avaliações externas, registra a implementação da superintendência escolar no âmbito do Estado do Ceará e na CREDE's/ SEFOR, com percepções preliminares da atuação interventiva da Superintendência Escolar no âmbito das escolas estaduais, utilizando como amostragem a 10ª CREDE. Faz uma reflexão sobre: o processo ensino-aprendizagem, bem como as formas avaliativas utilizadas que evidenciam a aprendizagem ou apenas mensuram na prática docente, além de comparar a metodologia aplicada nas avaliações externas com as utilizadas no co-



tidiano escolar; questiona como os resultados das avaliações externas chegam as escolas, se os professores tem a consciência dos mesmos e suas implicações, buscando constatar se há mudança de práticas para melhoria do processo ensino-aprendizagem, e se a superintendência será o marco de mudanças de paradigmas nas escolas públicas na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, ou apenas mais uma mudança setorial implementada para monitorar as escolas.

Avaliações Externas no Âmbito Escolar

A constituição de sistemas de avaliação externa tem sido explicada como um dos pontos focais de uma política de condução dos assuntos de Estado, cujos reflexos aparecem na forma de organizar e gerir sistemas educacionais. Consideremos então, a concepção da avaliação como gestão, nesta perspectiva os resultados destas avaliações subsidiarão as ações estratégicas da educação.

Tendo como marco brasileiro o SAEB, que segundo Locatelli (2002), tem como objetivos: acompanhar e monitorar a qualidade, equidade e efetividade do sistema de educação básica; subsidiar as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com informações que lhes permitam avaliar seus projetos educacionais, além de nortear a elaboração de programas de melhorias da qualidade de ensino; proporcionar aos educadores e à sociedade informes sobre resultados dos processos de ensino, identificando níveis de aprendizagem. Temos que compreender que a melhoria na qualidade somente se efetivará processualmente no âmbito escolar quando os dados dos resultados das avaliações externas forem amplamente



discutidos com a compreensão de sua gravidade e o compromisso em reverter esse quadro.

Após análise de alguns dados do SAEB percebe-se que no caso de algumas escolas, ao invés de termos crescimento, verificamos decréscimo no nível de aprendizagem. Daí nos remete a uma reflexão, se realmente a gestão escolar está tendo uma preocupação em divulgar e discutir estes resultados, problemática explicitada abaixo:

O grande problema do Saeb é que seus resultados não chegam à escola e nem aos professores, não gerando, por conseguinte, qualquer impacto no sistema de ensino. Podem dar margem a pesquisas, muitas de grande sofisticação estatística, e importantes do ponto de vista científico, cujos resultados não se traduzem em ações pelos professores (VIANNA, 2002:136) e, os resultados do Saeb não chegam ao professor naquilo que é importante para a sua prática pedagógica. Embora o interlocutor privilegiado do Saeb não seja o professor, seus resultados têm de chegar mais à escola (SOARES, 2002:152).

A mesma problemática abrange os dados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará- SPAECE, gerando uma reflexão em relação aos impactos dos resultados das avaliações externas na gestão escolar tendo como foco “avaliação ensino-aprendizagem na comunidade escolar”, analisando como este processo está acontecendo no cotidiano escolar e comparando-o com a sistemática avaliativa externa.

Observações de vários autores definem que a utilidade das avaliações no âmbito escolar é para classificar, castigar, justificar a mudança de série de acordo com



normas escolares, assumindo assim, uma função seletiva ou exclusiva (alunos mais capazes X alunos menos capazes). Luckesi (2006), afirma que a escola está impregnada da pedagogia do exame, onde o aluno tem sua atenção na promoção e o professor tem sua atenção na prova, esta utilizada como instrumentos de ameaça e tortura, elementos motivadores da aprendizagem.

A prática pedagógica precisa ser analisada/ debatida para que novos paradigmas surjam, mudando comportamentos e efetivando o Compromisso “Todos pela Educação”. Permeada pelos paradigmas da Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 2000) e da Pedagogia Diferenciada (PERRENOUD, 1999). Estes objetivam a construção de uma humanidade através dos discentes que os leve a se reconhecerem como sujeitos históricos construtores de realidade social, através de uma pedagogia que não seja indiferente às diferenças que permeiam a sala de aula, o contexto sócio-educacional. Uma pedagogia que favoreça o diálogo, a mediação entre as várias histórias de vida que a escola acolhe em função da edificação de uma sociedade mais justa, equitativa e ética. Onde a avaliação seja instrumento para diagnóstico e definição de estratégias que propiciem a aprendizagem dos conteúdos não aprendidos, Luckesi (1999) menciona que “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos” (p.43).

A partir do diagnóstico, o erro deve ser visto e utilizado pela docência como elemento constitutivo da aprendizagem, onde a avaliação fornecerá informações sobre o processo pedagógico que permitam aos gestores escolares decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessárias na garantia da aprendizagem



do aluno (SOUZA, 1993). Faz-se necessário o uso de instrumentos e procedimentos de avaliações adequadas (LIBÂNEO, 1994), onde os alunos tomem conhecimento de seus avanços e dificuldades, cabendo aos docentes estimulá-los na superação das dificuldades diagnosticadas e na construção dos conhecimentos, (LUCKESI, 1999). Assim, a avaliação não será mais, um instrumento para excluir e sim, uma ferramenta que permitirá a cada aluno a sua aprendizagem, como afirma Perrenoud “importante, na democratização do ensino, não é ‘fazer como se’ cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender” (p. 165).

A forma de se avaliar é que definirá a concretização desta aprendizagem, bem como no processo de construção do caráter, da consciência e da cidadania, passando pela produção do conhecimento, fazendo com que o aluno compreenda o mundo em que vive, para usufruir dele, mas sobretudo que esteja preparado para transformá-lo. Segundo Ramos (2001), isto somente se concretizará caso a avaliação tenha critérios de entendimento reflexivo, compartilhado e autonomizados no processo ensino-aprendizagem.

Implemento da Superintendência Escolar no Ceará

O governo do Estado do Ceará através da Lei N.º 14.190 de 30 de julho de 2008, cria o Programa Aprender Pra Valer, cujo objetivo primordial é desenvolver “ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica”. Vale ressaltar a finalidade presente na Lei em vigor,

Art. 2º O Programa Aprender Pra Valer tem por finalidade a elevação do desempenho acadêmico



dos alunos do ensino médio, com vistas à aquisição dos níveis de proficiência adequados a cada série/ano, bem como a articulação deste nível de ensino com a educação profissional e tecnológica. (Diário Oficial do Estado do Ceará – D.O.E de 31. 07. 2008)

A concretização desta finalidade é permeada pela implementação de diversas ações, das quais: Superintendência Escolar – SE; Primeiro Aprender; Professor Aprendiz; Avaliação Censitária do Ensino Médio; Pré-Vest; e articulação do Ensino Médio à Educação Profissional. Cada uma das ações é resultado de estudos da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola – CDESC/ Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC, fundamentada em dados fornecidos pelas CREDE's, dentre eles: rendimento escolar bimestral; índice de aprovação dos alunos das escolas públicas em vestibulares; e, resultado nas avaliações externas.

Com isso, a SE integra no âmbito estadual, uma nova ação estratégica de acompanhamento e monitoramento, onde o foco é a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos da escola pública, sendo regulamentado pela legislação acima citada, “ I – Superintendência Escolar – consiste no desenvolvimento de estratégias de acompanhamento da gestão escolar com foco no aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e na aprendizagem do aluno”.

Inspirada no Programa denominado Escola Campeã, desenvolvido pelo Instituto Airton Sena e Fundação Banco do Brasil, entre 2001 e 2004 em 42 municípios de 24 estados brasileiros em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, tendo como objetivo segundo Sena (2001) “viabilizar eficiência na aplicação de recursos públicos, melhoria da qualidade do ensino fundamental



e conseqüente eqüidade social” (p.01), a SEDUC formou uma equipe no âmbito do Estado do Ceará, com quatro superintendentes (Genira Fonseca, Hernita Carmem, Marlene Vieira e Raimunda Borralho), apresentada as supervisoras dos Núcleos Regionais de Desenvolvimento das Escolas das CREDE's no dia 23 de setembro de 2008 no Centro Espiritual Uirapuru – CEU. Na oportunidade foram apresentados os objetivos desta SE no âmbito estadual: coordenar a estruturação das Superintendências Escolares junto as CREDE e regionais da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR; propor, quando necessário, a reorganização dos trabalhos pedagógicos/ administrativos das SE nas CREDE's e SEFOR, visando um acompanhamento eficaz à gestão escolar; – oportunizar espaços de comunicação para troca de experiências, fortalecimento e consolidação estrutural das SE; criar estratégias que possibilitem às CREDE's e SEFOR rever e aprimorar suas metas e ações específicas identificadas nos resultados das avaliações (rendimento escolar bimestral e avaliações externas); diagnosticar, avaliar e indicar o grau de eficiência e eficácia da Política Pública implantada através dos resultados sistematizados pelas CREDE's e SEFOR.

Além dos objetivos foram mencionadas algumas das atribuições desta equipe, dentre elas: visitas mensais as CREDE's e SEFOR; suporte as superintendências regionais; monitoramento dos dados das CREDE's e SEFOR/ escolas por intermédio do Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE; monitoramento dos indicadores de aprovação, reprovação, abandono e avaliações externas; acompanhamento e monitoramento *on line* da matrícula e lotação; realização de encontros mensais com os supervisores; encaminhamento e acompanhamento das



possíveis demandas e resoluções destas; e, conhecimento da legislação em vigor.

Fundamentadas nestes objetivos e atribuições, a equipe da superintendência estadual dividiu as CREDE's e SEFOR, onde cada superintendente estadual ficou responsável por cinco regionais, exceto uma que ficou com seis. Esta divisão possibilitará um acompanhamento e monitoramento *in loco* mais eficaz no mês, onde as duas primeiras semanas são destinadas as visitas as CREDE's, consolidação de dados observados e coletados, elaboração dos relatórios com base nas visitas, e encaminhamentos das demandas. Na terceira semana ficou destinada a socialização das visitas com o restante da equipe (momento também de troca de experiências e aprendizado), análise de dados, atualização do mapa situacional das regionais, reunião geral com a coordenação para alinhamento das ações e encaminhamentos. À quarta semana será para organização das atividades do mês seguinte: elaboração do cronograma de viagens; elaboração do roteiro de visitas às CREDE/ SEFOR; e, encontro com os supervisores para encaminhamento a serem executadas nas regionais/ SEFOR.

A Superintendência Escolar no Âmbito das CREDE's/ SEFOR

Pautados no programa Escola Campeã, o trabalho da gestão escolar é imprescindível no alcance do sucesso escolar, justifica Senna (2001) que “o foco do programa na gestão deve-se ao fato de a gestão ser um grande diferencial para enfrentar o desafio de promover ensino de qualidade para todos” (p. 3). Assim, a superintendência no âmbito das CREDE's/ SEFOR verifica nas escolas públicas estaduais a prática docente e o reflexo desta na aprendizagem dos alunos, utilizando instrumentais de



acompanhamento e monitoria da gestão escolar, além de acompanhar o processo da quebra de paradigmas no âmbito da escola, avaliando quais ações estratégicas têm sido efetivadas proporcionando uma aprendizagem significativa. Lembrando que novos paradigmas devem centrar-se na qualidade da educação, fazendo-se imprescindível rompermos com padrões avaliativos, quando esta ruptura ocorrer, estaremos presenciando a mudança da escola.

[...] avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional. (SANTANNA, 1995:7).

A superintendência evidencia *in loco* a aplicação na prática docente das três modalidades avaliativas: diagnóstica, somativa e formativa. Além de buscar constatar se os professores possuem clareza dos objetivos que precisam atingir em cada série/aluno, bem como, verifica se as avaliações são elaboradas de forma a possibilitar a compreensão do professor, o que o aluno aprendeu e o que não aprendeu, registrando: competências e habilidades alcançadas pelos alunos; mudanças pedagógicas que ocorrem no intuito de concretização da aprendizagem; recursos utilizados no auxílio do pedagógico; tipos de aulas diferenciadas; utilização de outros espaços escolares como suporte (sala de multimeios, laboratórios de informática e Ciências).

Segundo a Consultora da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola - CDESC/ SEDUC, a superintendência na escola tem como objetivos: assessorar o diretor na coordenação e articulação das ações educacionais na es-



cola; mapear as atividades; implantar rotinas na escola; regular o fluxo escolar através da monitoria; implantar e implementar as normas e os procedimentos da Política Educacional do Estado do Ceará nas escolas; assegurar a coleta, análise e manutenção de dados fidedignos de toda a rede, partindo da concepção que a avaliação cotidiana das práticas existentes na escola estão associadas à intervenção e à tomada de decisão, conforme configura os artigos publicados na 'Coleção Gestão Escolar' em 2005 pela SEDUC.

Utilizando a 10^a CREDE/ Russas-CE como demonstrativo organizacional, esta regional é considerada de grande porte, com 28 escolas estaduais, dentre as quais, 22 de Ensino Médio, com abrangência de 13 municípios: Alto Santo, Aracati, Fortim, Icapuí, Itaíçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Ao contrário da implementação da Superintendência Escolar Estadual que ocorreu em setembro de 2008, a SE foi implementada em outubro de 2007 na referida CREDE e nas demais, com equipe composta na regional de quatro superintendentes (Maria Correia de Carvalho, Maria Conceição da Silva, Raimunda Dulce Helena Pereira Lima e Doriedson Costa e Silva), 01 Assistente-Técnica (Maria Elba Mendonça de Matos), 01 Assessor Técnico (João Filho Nogueira de Andrade) e 01 Supervisor (Francesca Danielle Gurgel dos Santos – autora deste artigo). Na distribuição das escolas, cada superintendente é responsável por 07 escolas, pautados em três eixos norteadores: – Avaliação/diagnóstico; – Intervenções estratégicas; – Análise dos resultados e gestão. As primeiras visitas subsidiaram a elaboração do quadro diagnóstico das escolas estaduais da jurisdição da 10^a CREDE, utilizando como referência comparativa: os indicadores do



Estado do Ceará; estudo dos resultados de aprovação, reprovação e evasão de 2004 a 2007 por escola; e, análise dos resultados nas avaliações externas por escola.

A divisão das escolas por superintendente viabiliza a eficácia do acompanhamento e monitoria dos dados no decorrer do mês, onde na primeira semana é fechado o cronograma de viagens e pauta de visita de acordo com as necessidades de cada escola e demandas da SEDUC, como complemento da pauta é observado e monitorado no espaço escolar os seguintes itens: currículo organizado e articulado; proteção do tempo de aprendizagem, através do monitoramento dos dias letivos estabelecidos no calendário escolar; práticas efetivas dentro de sala de aula; estratégias de ensino diferenciadas; disponibilidade e utilização de recursos didático-pedagógicos; acompanhamento do rendimento escolar e avaliações externas; e, controle da infrequência. Segunda semana, efetivação das visitas às escolas estaduais. Terceira semana, os dados são consolidados e registrados através dos relatórios de visitas, além de socializados com os demais da equipe, neste momento são vistos possíveis encaminhamentos e intervenções às escolas de acordo com as problemáticas diagnosticadas. Na quarta semana, a equipe de superintendentes retorna as escolas, excetuando-se a sexta-feira, reservada para reunião de diretores na sede da 10ª CREDE.

A organização da superintendência no âmbito das CREDE's/ SEFOR fortalece o elo entre a escola e a SEDUC, onde esta se encontra mais próxima da realidade escolar com a presença do olhar do superintendente no interior da escola, humanizando dados numéricos através da vivência e percepção crítica do mesmo. Assim, a SEDUC tem buscado melhorar as condições de funciona-



mento do ambiente escolar, prezando a melhoria da qualidade na educação pública oferecida.

Conclusão

A SE surge através da necessidade de acompanhamento a gestão escolar com vistas à melhoria da aprendizagem dos educandos, verificando no âmbito escolar o que tem sido feito no dia a dia com os resultados das avaliações internas (parciais e bimestrais) e externas (SAEB, SPAECE e Avaliação Censitária), bem como que tipos de ações tem sido desenvolvidas no intuito de reverter tais resultados.

Um ano de caminhada, onde as CREDE's/ SEFOR abraçaram a ação implementada pela SEDUC em outubro de 2007, naquele momento ficou a cargo de cada regional criar seus próprios instrumentais de acompanhamento, onde os mesmos eram socializados em encontros de supervisores, como também ficou a critério de cada CREDE definir a pauta de visita de cada mês, não perdendo o foco na melhoria do ensino e aprendizagem.

Como mencionado, a ação da SE encontra-se atualmente registrada em Lei, o que configura para todos superintendentes uma vitória, pois a legislação passa a reconhecer a função de cada um deles perante a escola como uma ação estratégica na melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes da escola pública do Estado do Ceará. A SEDUC, a partir dos experimentos das CREDE's/ SEFOR instituirá também as Diretrizes da Superintendência Escolar que nortearão as atividades da SE.

A figura da SE na unidade escolar inicialmente causou um certo impacto, pois os diretores escolares não es-



tavam habituados a serem acompanhados e monitorados com frequência por técnicos das CREDE's, porém com o decorrer das visitas e o apoio dado por estes nas propostas de melhorias a serem efetivadas no âmbito escolar, os diretores tem rompido aos poucos qualquer tipo de receio na figura do superintendente, sendo perceptível as mudanças nas escolas que demonstram maior abertura.

Apesar de estarmos ainda em fase de construção nesta curta caminhada, já é possível observar mudanças tímidas no âmbito escolar, onde a presença da superintendência tem instigado à efetividade da: utilização dos diversos espaços escolares; análise do rendimento escolar bimestral e resultado comparativo das avaliações externas no âmbito escolar pelos professores, alunos, gestores e comunidade escolar, identificando as disciplinas críticas com os seus respectivos professores, estes são acompanhados no planejamento de aulas pelos Professores Coordenadores de Área do Conhecimento – PCA's e auxiliados em sala pelos mesmos para melhor atendimento as dificuldades apresentadas pelos estudantes; maior participação dos diretores no pedagógico da escola; e, fortalecimento do diálogo escola x CREDE x SEDUC tendo a superintendência como elo entre as três instituições.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **SAEB: Metodologia Utilizada**. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2008.

COLEÇÃO GESTÃO ESCOLAR. **Gestão para o sucesso escolar**/ Secretaria da Educação Básica do Ceará. – Fortaleza: Edições SEDUC, 2005. 168 p.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LOCATELLI, Iza. **Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo SAEB**. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo: FCC, n. 25, p. 3-21, jan./jun. 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**/ Cipriano Carlos Luckesi. – 18 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

RAMOS, Paulo. **Os pilares para educação e avaliação**. Blumenau – SC: Acadêmica, 2001.

SANTANNA, Ilza Martins. **Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SEDUC, Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Superintendência Escolar**. Disponível em <http://www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2008.

SENNA, I. A. **Instrumento particular de parceria do Programa de Gestão Municipal e Escolar: Programa Escola Campeã**. São Paulo, 2001.

SEPLAG, Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará. Série 2. Ano XI. N.º 144. Fortaleza, 31 de julho de 2008**. Disponível em <http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20080731/do20080731p01.pdf>. Acesso em: 22 set. 2008.



SOARES, José Francisco. **Construindo o campo e a crítica: o debate.** In: FREITAS, Luiz Carlos de. *Avaliação: construindo o campo e a crítica.* Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-214.

SOUZA, Clarilza Padro de. (Org.) **Avaliação do rendimento escolar.** 2 ed. Campinas: Papirus, 1993.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Construindo o campo e a crítica: o debate.** In: FREITAS, Luiz Carlos de. *Avaliação: construindo o campo e a crítica.* Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-214.

_____. **Avaliação Educacional: teoria, planejamento, modelos.** São Paulo: Ibrasa, 2000.